



Ambiente & Sociedade

ISSN: 1414-753X

revista@nepam.unicamp.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e

Pesquisa em Ambiente e Sociedade

Brasil

Alvino-Borba, Andreilcy; Mata-Lima, Abel; Mata-Lima, Herlander
Desafios ambientais e estratégias para condução da investigação e programas de intervenção social
Ambiente & Sociedade, vol. XV, núm. 1, enero-mayo, 2012, pp. 147-155
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade
Campinas, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31722793010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

DESAFIOS AMBIENTAIS E ESTRATÉGIAS PARA CONDUÇÃO DA INVESTIGAÇÃO E PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO SOCIAL

ANDREILCY ALVINO-BORBA¹

ABEL MATA-LIMA²

HERLANDER MATA-LIMA³

Enquadramento Geral

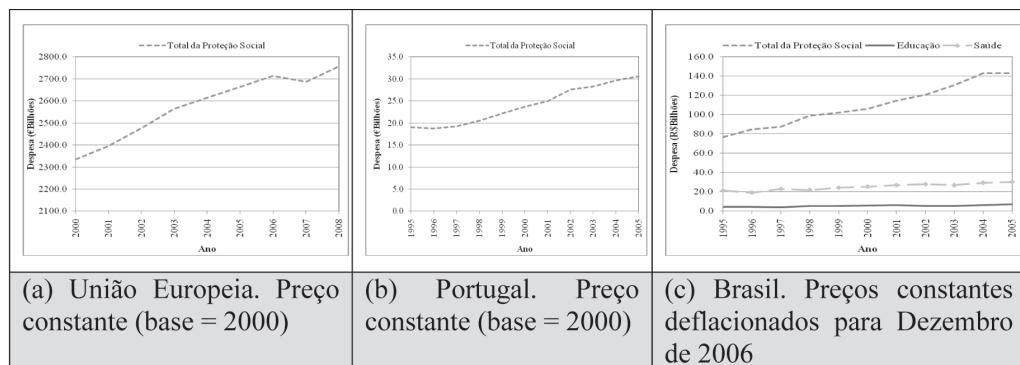
A prevenção e o controlo da exclusão social dos grupos vulneráveis têm merecido uma atenção considerável nos últimos anos devido aos seus significativos impactes⁴ sociais (EBERT et al., 2011; PRIYA e UTENG, 2009; SILVA, 2008; ROBILA, 2006; CAMPBELL e MCLEAN, 2002; MAGALHÃES, 2001; COMISSÃO EUROPEIA, 2001). Contudo, a capacidade da sociedade para efetivamente controlar os fatores da exclusão social é determinada pela eficiência das políticas e planos de intervenção social (MAZZA, 2005; WADE, 2004; CARREIRA, 1996). As organizações (e.g., públicas, não governamentais) com financiamento e recursos humanos limitados são forçadas a direcionar a atenção (intervenção) para ameaças imediatas (ver, e.g., TSUGUMI, 2006) em detrimento da definição de um plano integrado e estratégico, transversal a toda a sociedade, de longo prazo visando objetivos específicos de elevado alcance. Na Europa, por exemplo, apesar dos esforços (Figura 1a) da União Europeia (e.g., o Parlamento Europeu designou 2010 como o Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social), bem como o empenho individual de cada um dos Estados membros (e.g., Portugal tem aumentado o investimento nas políticas sociais desde 1960 até a atualidade), o financiamento destinado ao apoio social⁵ tem-se revelado insuficiente.

¹ Geógrafa, Programa de Pós-Graduação em Estudos Regionais e Locais da Universidade da Madeira, Funchal, Portugal. (Doutoranda da Universidade Aberta de Lisboa (Portugal). Colaboradora do CERENA - Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa (IST/UTL). Lisboa. Portugal)

² Centro de Tecnología Biomédica (CTB) da Universidade Politécnica de Madrid (UPM), Madrid, Espanha. (Centro de Tecnología Biomédica (CTB) da Universidade Politécnica de Madrid (UPM), Madrid, Espanha)

³ Professor de Hidráulica, Recursos Hídricos e Ambiente na Universidade da Madeira e Investigador do Centro de Recursos Naturais e Ambiente (CERENA/Decivil), Arquitectura e Georrecursos, Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, Portugal. E-mail: helima@ist.utl.pt (Professor Visitante da Universidade Federal do ABC (UFABC). INvestigador Integrado do CERENA - Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa (IST/UTL). Lisboa. Portugal)

Figura 1. Despesas públicas sociais na União Europeia (27), Portugal e Brasil.
 Fonte: elaboração própria com base nos dados da Pordata – www.pordata.pt (Europa e Portugal) e Castro et al. (2007, p.146) (Brasil).



A Figura 1 revela que as despesas da proteção social têm crescido significativamente na União Europeia (27 países), Portugal e Brasil pois, o ritmo de crescimento das necessidades sociais é elevado (e.g., mais de 17% da população da União Europeia é idosa; em Portugal a população idosa corresponde a 18% da população total; e no Brasil os idosos representam cerca de 7% da população e estima-se que venha a atingir mais de 18% em 2050), razão pela qual importa questionar se as políticas¹, planos e programas que têm sido adotados para reduzir a vulnerabilidade social são sustentáveis. Cumpre ressaltar que sustentabilidade² depende das três seguintes dimensões (HEARN et al., 2011; POPE et al., 2004): econômica, ambiental e social. Nesse contexto, políticas sociais sustentáveis requerem a minimização dos impactes (ou prejuízos) sociais, econômicos e ambientais³ de modo a conferir ao sistema social uma capacidade de resiliência adequada, bem como criar um suporte econômico e social consistente que viabilize a implementação dos planos de ação no domínio da intervenção social. Apesar de existir um amplo reconhecimento de que é imperativo promover uma abordagem holística do problema integrando simultaneamente as três dimensões (ou fatores) de sustentabilidade supramencionadas (MATA-LIMA, 2009; MATA-LIMA e VASCONCELOS, 2006), tal situação requer também uma transversalidade referente à integração setorial que implica o envolvimento (cooperação estratégica) de vários stakeholders⁴ de diferentes setores da sociedade (e.g., segurança social, proteção civil, ONG, organizações religiosas, empresas privadas com política de responsabilidade social consolidada, universidades, etc.) para aproveitar melhor os recursos existentes e viabilizar melhores resultados. De acordo com Kim (2010), Worley et al. (2010), Proto e Dzurec (2009) e Robila (2010), o envolvimento de múltiplos stakeholders é fundamental para implementação de planos de ação e, também, porque possuem informação e experiência que, quando combinadas, conduzem a melhores soluções (O'FAIRCHEALLAIGH, 2010, p.20-21). Por não ser comum (e muito menos fácil) a promoção do envolvimento e cooperação articulada e eficiente de múltiplos

stakeholders no âmbito da concepção e implementação das políticas ou planos (NEWMAN, 2006; MOSAVEL *et al.* 2005; CARDOSO, 2001), a implementação dos planos de intervenção social não são, geralmente, bem sucedidos (TEIXEIRA, 2010, p. 673; CARDOSO, 2004, p. 45).

Para definir planos estratégicos de intervenção social sustentáveis e de longo prazo, é necessário efetuar um diagnóstico que permita identificar barreiras à implementação das três dimensões de sustentabilidade e desenvolver métodos específicos que viabilizem a integração simultânea das dimensões da sustentabilidade. Apoios sociais e políticos são fulcrais para o sucesso de um programa de intervenção social que vise minimizar a vulnerabilidade social. Tais programas devem incluir a preocupação com o incremento de colaboração entre múltiplos *stakeholders* que podem contribuir para minimizar as desigualdades sociais evitando, consequentemente, o agravamento das situações de vulnerabilidade e, no limite, a exclusão social.

Este texto apela a integração das três dimensões (ou fatores) da sustentabilidade, no âmbito de estudos e programas de intervenção social na medida em que existe uma interdependência entre tais dimensões, sendo imperativa uma abordagem holística quando se pretende analisar as políticas sociais e os indicadores da vulnerabilidade social. De entre os fatores da sustentabilidade, a vulnerabilidade social e suas implicações negativas (sobretudo a exclusão social) têm merecido grande atenção nos estudos publicados em ciências sociais (e.g., Robila, 2006)⁵.

Em síntese, apresentam-se alguns dos objetivos inerentes às dimensões de sustentabilidade que devem constar da investigação ou programa de intervenção social (Quadro 1).

Recomendações Sobre a Abordagem Metodológica

“It is wrong always, everywhere,
and for anyone, to believe anything upon insufficient evidence”
William Clifford (1845–1879)

A seleção da metodologia de investigação deve basear-se essencialmente nos objetivos específicos do estudo (ADAMS e SMITH, 2003). O estudo social enquadrar-se na pesquisa aplicada porque responde aos problemas sociais de ordem prática (BAPTISTA, 2001, p.35). Com o intuito de viabilizar uma investigação aplicada e credível no domínio da sustentabilidade social, os investigadores em geral e os Assistentes Sociais em particular devem apoiar-se numa sólida fundamentação teórica (baseada numa profunda pesquisa bibliográfica) e em procedimentos metodológicos alicerçados nas abordagens de pesquisa científica que se descrevem nos parágrafos seguintes.

Aquisição de Dados

Apesar dos indicadores de sustentabilidade social serem disponibilizados pelos organismos públicos (nacionais e internacionais), verifica-se que a informação existente

Quadro 1 - Alguns dos objetivos que devem figurar na análise de cada uma das dimensões da sustentabilidade

Ambiental	Social	Econômica
<p>Identificar os fatores ambientais que afetam os grupos vulneráveis;</p> <p>Analisar a evolução das variáveis ambientais de modo a contribuir para um plano de ação preventiva com antecedência desejada.</p>	<p>Analisar o papel dos potenciais <i>stakeholders</i> no processo de planeamento e implementação de planos de intervenção social;</p> <p>Analisar e definir linhas de orientação para envolver a sociedade civil, com particular destaque para as comunidades locais, na implementação dos projetos de intervenção social;</p> <p>Desenvolver ações de sensibilização;</p> <p>Promover a coordenação entre os diferentes ‘agentes sócio-econômicos’ (organizações governamentais e não governamentais) e criar redes.</p>	<p>Incluir critérios de custo-benefício no planeamento e implementação do projeto;</p> <p>Integrar a eficiência na prática de concepção e gestão de projetos sociais;</p> <p>Definir técnicas para avaliar a necessidade de financiamento que garanta o cumprimento dos objetivos específicos do projeto.</p>

é essencialmente agregada (i.e., não descreve as heterogeneidades a escala local) e, por conseguinte, são escassas as possibilidades de adquirir dados sobre as regiões pequenas ou sub-regiões (esta informação é fundamental para analisar as assimetrias espaciais). Esta dificuldade torna-se muito patente quando se propõe realizar estudos sobre as sub-regiões de um Estado (ver, e.g., Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos – www.dieese.org.br; Santos et al. 2010; Trujillano et al., 2005). Nesse contexto, a realização de estudos sobre as sub-regiões (as pequenas regiões que constituem a região principal) ficam condicionados à informação disponibilizada pelos organismos locais que, geralmente, não estão dotados de capacidade (e.g., recursos financeiros e humanos) para implementar um programa de recolha e tratamento de dados que descrevam a variação espacial e temporal dos indicadores sociais, ambientais e econômicos.

Métodos Quantitativos

Os métodos quantitativos são mais utilizados nas ciências sociais (SANTOS et al. 2010; SWYGART-HOBAUGH, 2004; ANDRÉS, 2002) e DEMo (1995) sugere que esse método é o mais fácil de ser tratado. Constatase que a utilização do método quantitativo permite caracterizar a realidade social, em termos espaciais e temporais,

através de técnicas estatísticas (e.g., estatística descritiva, teste de significância estatística), servindo de alicerce para o planeamento da melhoria contínua das práticas de inclusão social. Porém, o uso isolado da análise quantitativa não permite avaliar a qualidade dos serviços prestados nem as suas amplitudes sociais, nomeadamente as diversidades sociais e regionais de tratamento ou de acesso aos apoios sociais. Por isso, a utilização combinada de métodos quantitativos e qualitativos possibilita uma descrição mais correta da situação social (HEESCH, 2009; ADAMS e SMITH, 2003; BARRETO, 1996).

Métodos Qualitativos

De entre os métodos qualitativos destacam-se os seguintes (ADAMS *et al.*, 2008; HEESCH, 2009; ADAMS e SMITH, 2003): i) **entrevista qualitativa** – corresponde a um diálogo, direcionado para um conjunto de questões ou assuntos, com o participante; ii) **métodos de observação** – o investigador limita-se a observar e analisar o contexto *in situ*, podendo participar nas atividades, sem colocar questões; iii) **análise do diário** (*diary analysis*, em inglês) – situação em que os participantes assumem o compromisso de escrever um diário (e.g., registando eventos, percepções, experiências, etc. sobre o objeto de estudo) durante um período predefinido; iv) **análise de documentos** – baseia-se na análise de registos históricos, atas de reuniões e outras publicações; e v) **focus group**¹ – pode ser definida como uma entrevista de grupo, envolvendo entre 6 e 12 *stakeholders* (participantes), em que se promove a interação (e.g., através de *brainstorming*²) para obter informações. Esses métodos não substituem os quantitativos, mas complementam-nos.

O método qualitativo é indutivo (ADAMS *et al.*, 2008) porquanto o investigador recolhe os dados para posteriormente definir padrões/teorias, ao invés de testar uma teoria ou hipótese existente. Deste modo, contribui para a interpretação³ dos significados das representações sociais através de análise dos dados recolhidos (ANDRÉS, 2002, p. 375). Para este efeito, é comum utilizarem-se inquéritos e entrevistas semiabertas, ou seja, que permitem que o participante (e.g., entrevistado ou inquirido) possa fornecer mais informações, referentes à sua percepção sobre o assunto em análise, que não figuram na lista do investigador (e.g., FELDMAN, 1995). Saliente-se que, na investigação qualitativa, o objetivo e conteúdo do inquérito não devem ser estritamente definidos pelo investigador porque é vantajoso incorporar as preocupações, prioridades e perspetivas dos participantes do estudo (ADAMS e SMITH, 2003) de modo a enriquecer a investigação, tornando-a mais abrangente, e ainda motivar os próprios participantes (FELDMAN, 1995).

Considerações Finais

Este documento foi redigido com o principal objetivo de exortar para a necessidade de realizar pesquisas que integrem transversalmente as três dimensões (ambiental, social e econômica) da sustentabilidade visto que é uma condição *sine qua non*, pelo fato de existir uma interdependência entre elas, para definir programas de inclusão social equilibrados e sustentáveis.

Urge adotar a prática de recolha e disponibilização *online* da informação de forma desagregada (e não agregada como é comum) como forma de viabilizar estudos de caracterização espacial e temporal dos indicadores sociais intrarregionais, permitindo assim a identificação e descrição das assimetrias tanto ao nível inter-regional como ao nível intrarregional.

Importa referir que os métodos qualitativos e quantitativos não se substituem, devendo ser aplicados conjuntamente para melhorar os resultados da investigação, sendo este o procedimento recomendado.

Referências Bibliográficas

- ADAMS, J., SMITH, T. Qualitative Methods in Radiography Research: a proposed Framework. **Radiography**, v. 9, p. 193-199, 2003.
- ADAMS, J., BROOM, A., JENNAWAY, M. Qualitative Methods in Chiropractic Research: one framework for future inquiry. **Journal of Manipulative and Physiological Therapeutics**, v. 31, n. 6, p. 455-460, 2008.
- CAMPBELL, C., MCLEAN, C. Ethnic identities, social capital and health inequalities: factors shaping African-Caribbean participation in local community networks in the UK. **Social Science & Medicine**, v. 55, n. 4, pp. 643-657, 2002.
- CARDOSO, R. Sustentabilidade, o Desafio das Políticas Sociais no Século 21. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 42-48, 2004.
- CASTRO, J.A. et al. Por que Crescem as Despesas Correntes do Governo Federal? Delimitando o Impacto da Expansão das Políticas Sociais no Período 1995-2005. **Carta Social e do Trabalho**, n. 7, set/dez. 2007. Disponível em: < <http://www.dieese.org.br/esp/previdencia/parte4.pdf> >. Acesso: 19 de Maio de 2011.
- CHAN, D.S.K. Combining Qualitative and Quantitative Methods in Assessing Hospital Learning Environments. **International Journal of Nursing Studies**, v. 38, p. 447-459, 2001.
- EBERT, L., FERGUSON, A., BELLCHAMBERS, H. Working for Socially Disadvantaged Women. **Women and Birth**, v. 24, p. 85-91, 2011.
- FELDMAN, M. **Strategies for Interpreting Qualitative Data**. Sage, Thousand Oaks, 1995.
- HEARN, G., FOTH, M., STEVENSON, T. Community Engagement for Sustainable Urban Futures. **Futures**, v. 43, n. 4, p. 357-360, 2011.
- HEESCH, K. Qualitative methods in physical activity research: An overview. **Journal of Science and Medicine in Sport**, v. 12, p. 78-79, 2009.
- IPCC. **Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). Cambridge: Cambridge University Press, 2007a.

- IPCC. **Climate Change 2007: The Physical Science Basis.** Contribution of Working Group I to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). Cambridge: Cambridge University Press, 2007b.
- KIM, T. The Welfare State as An Institutional Process. **The Social Science Journal**, v. 47, p. 492-507, 2010.
- MAGALHÃES, R. Integração, Exclusão e Solidariedade no Debate Contemporâneo Sobre as Políticas Sociais. **Caderno de Saúde Pública**, v. 17, n. 3, p. 569-579, 2001.
- MATA-LIMA, H. **Aplicação de Ferramentas da Gestão da Qualidade e Ambiente na Resolução de Problemas.** Apontamentos da Disciplina de Sustentabilidade e Impactes Ambientais. Funchal: Universidade de Madeira, 2007.
- MATA-LIMA, H., VASCONCELOS, L. Integrating Participation into Decision-Making Process Respecting to Engineering Projects. **Ambiente & Sociedade**, v. IX, n. 2, p. 71-82, 2006.
- MATA-LIMA, H. Human-Environment-Society Interactions: dam projects as a case example. **Environmental Quality Management**, v. 18, n. 3, p. 71-76, 2009.
- MOSAVEL, M. et al. Community-based Participatory Research (CBPR) in South Africa: Engaging multiple constituents to shape the research question. **Social Science & Medicine**, v. 61, p. 2577-2587, 2005.
- NEWMAN, P.A. Towards a Science of Community Engagement. **The Lancet**, v. 367, p. 302, 2006.
- O'FAIRCHEALLAIGH, C. Public Participation and Environmental Impact Assessment : Purposes, implications, and lessons for public policy making. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 30, p. 10-27, 2010.
- POPE, J., ANNANDALE, D., MORRISON-SAUNDERS, A. Conceptualising sustainability assessment. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 24, p. 595-616, 2004.
- PRIYA, T., UTENG, A. Dynamics of transport and social exclusion: Effects of expensive driver's license. **Transport Policy**, v. 16, n. 3, p. 130-139, 2009.
- PROTO, M.B., DZUREC, L.C. Strategies for successful management and oversight of nurse faculty workforce initiatives: lessons from the field. **Journal of Professional Nursing**, v. 25, n. 2, p. 87-92, 2009.
- ROBILA, M. Economic pressure and social exclusion in Europe. **The Social Science Journal**, v. 43, p. 85-97, 2006.
- SANTOS, A.A. et al. A rede de serviços de atenção à saúde do idoso na cidade de Barcelona (Espanha) e na cidade de São Paulo (Brasil). **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 102, p. 365-386, 2010.
- SHEPPARD, S.R.J. et al. (2011). Future Visioning of Local Climate Change: A Framework for community engagement and planning with scenarios and visualisation. **Futures**, v. 43, p. 400-412, 2011.

SWYGART-HOBAUGH, A.J. A Citation Analysis of the Quantitative/Qualitative Methods Debate's Reflection in Sociology Research: Implications for Library Collection Development. *Library Collections, Acquisitions, & Technical Services*, v. 28, p. 180-195, 2004.

TEIXEIRA, R.V. Uma Crítica da Concepção de Política Social do Banco Mundial na Cena Contemporânea. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n.104, p. 650-680, 2010.

WADE, R.H. Is Globalization Reducing Poverty and Inequality? *World Development*, v. 32, n. 4, p. 567-589, 2004.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

WORLEY, C.G., FEYERHERM, A.E., KNUDSEN, D. Building a Collaboration Capability for Sustainability: How Gap Inc. Is creating and leveraging a strategic asset. *Organizational Dynamics*, v. 39, p. 325-334, 2010.“

NOTAS

⁴ Impacte – “conjunto de alterações favoráveis e desfavoráveis produzidas em parâmetros (...) sociais, num determinado período de tempo e numa determinada área (situação de referência) (...)” Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, Lisboa (Portugal).

⁵ Ressalta-se o fato de o presidente do FMI (Fundo Monetário Internacional), num encontro mantido no dia 19 de Maio de 2010 com a Presidente Dilma Rousseff, ter enfatizado o Programa Bolsa Família como forma de distribuição de renda, justificando que o crescimento económico deve ocorrer com a inclusão.

⁶ Políticas – linhas gerais de orientação para atingir um determinado fim; Planos – conjunto de atividades a serem implementadas; Programas – descrição detalhada, incluindo cronograma, do modo como as atividades planeadas serão implementadas.

⁷ O relatório *Brundtland* define desenvolvimento sustentável como “(...) desenvolvimento que satisfaz as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas necessidades [tradução nossa]” (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987, p.9).

⁸ Os desafios emergentes resultantes dos cenários de alterações climáticas constituem também um grande desafio para as ciências sociais, em geral, e o serviço social, em particular, na medida em que a ocorrência de fenômenos climáticos extremos (caracterizados por temperaturas muito baixas ou altas, cheias, aluviões, etc.) terão um impacte mais significativo sobre os grupos vulneráveis da sociedade (SHEPPARD *et al.*, 2011, p.401-402; IPCC, 2007a, p.359-363).

⁹ Partes interessadas numa determinada situação (e.g., organizações governamentais e não governamentais, empresas, universidades, pessoas singulares, etc.).

¹⁰ Existem 4 033 artigos sobre “exclusão social” e 1 838 sobre “inclusão social” na base de dados da *ScienceDirect.com*; 216 e 211 sobre “exclusão social” e “inclusão social”, respectivamente, na base de dados *scielo.org*. Informação consultada no dia 8 de maio de 2011.

¹¹ *Focus group* “trata-se de um método em que um grupo limitado (de cerca de 10 pessoas), representativo da população a ser estudada, é convidado a discutir um determinado assunto. Existe um facilitador que conduz o debate durante cerca de duas horas. O grupo não tem de chegar necessariamente a uma conclusão, mas o conteúdo do debate é estudado de modo a se perceber as eventuais atitudes e valores relativamente a um determinado assunto” (MATA-LIMA e VASCONCELOS, 2006, p.75).

¹² *Brainstorming* (ou geração de ideias) – é uma técnica de trabalho em equipa que permite, com rapidez e eficiência, que o grupo de partes interessadas reunidas gere, aclare e avalie uma lista considerável de ideias, problemas, temas, processos, entre outros (MATA-LIMA, 2007, p.4).

¹³ “Qualitative research is ‘interpretative’ and ‘naturalistic’ to the extent that the research takes place in real-world settings is conducted in environments comfortable and familiar to the participants” (ADAMS e SMITH, 2003, p.194).

Submetido em 16/09/2011

Aceito em 15/02/2012

DESAFIOS AMBIENTAIS E ESTRATÉGIAS PARA CONDUÇÃO DA INVESTIGAÇÃO E PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO SOCIAL

ANDREILCY ALVINO-BORBA¹

ABEL MATA-LIMA²

HERLANDER MATA-LIMA³

Resumo: Este trabalho discute os desafios que se colocam à sociedade contemporânea no âmbito do combate à vulnerabilidade social, realça a importância da abordagem holística dos problemas socioambientais através da integração transversal e simultânea das dimensões social, ambiental e económica da sustentabilidade e exorta para a necessidade do uso combinado de métodos qualitativos e quantitativos como forma de compreender o fenômenos ambientais e sociais e implementar programas de intervenção sustentáveis.

Palavras-chave: Sustentabilidade Social. Participação. Método Quantitativo. Método Qualitativo.

Abstract: This article discusses challenges concerning contemporary society with respect to social vulnerability. The role of holistic approach to face socio-environmental problems by integration of the sustainability dimensions is also addressed. Finally, an approach that combines qualitative and quantitative methods is recommended as the appropriate way to understand socio-environmental processes, and perform sustainable programmes.

Keywords: Social Sustainability. Stakeholder Participation. Quantitative Method. Qualitative Method.
